

Técnico alerta para a necessidade de um ajuste fiscal nos municípios

Estudo do Ibam mostra que próximo presidente terá de promover mudanças

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo federal empenhou-se em forçar o ajuste fiscal dos Estados, cuja situação financeira era considerada uma bomba de efeito retardado. O Executivo empurrou com a barriga e compartimentou, no entanto, a negociação com as prefeituras.

Se vencer a disputa pela reeleição, no seu segundo mandato o presidente obrigatoriamente terá de promover o ajuste fiscal dos municípios, especialmente do grupo de cidades com mais de 5 milhões de habitantes (Rio e São Paulo) e do grupo que possui entre 100 mil e 200 mil habitantes. Comparativamente, esses são os municípios com maior fragilidade fiscal, pois têm apresentado um crescimento de receita abaixo da média do conjunto. O ajuste não pode passar de 1999.

Essa situação está descrita nos trabalhos do economista e geógrafo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) François Bremaeker, que coordena o Núcleo Técnico do Banco de Dados Municipais e o Núcleo de Articulação Político-Institucional. Uma das atribuições do Ibam, uma instituição pública, é fazer o acompanhamento técnico das finanças de todos os municípios. Em dois estudos preparados este ano, um em agosto e o outro em novembro, o Ibam fez um diagnóstico que serve de alerta ao governo federal e ao Congresso.

Diferenças – “Eles não podem ver os municípios de forma simétrica, como se todos fossem iguais e impactados da mesma forma pelas decisões únicas e centralizadas,

ou como se o remédio ministrado devesse ser o mesmo e na mesma dosagem para todos”, disse Bremaeker. Ele explicou que, embora a evolução das receitas tributárias municipais seja positiva, “a participação relativa da receita tributária municipal situava-se, em 1995, em patamares inferiores aos 10% da receita total para os municípios que integram os grupos de até 20 mil habitantes”. Mas a situação era pior, ficando abaixo da média nacional, nas cidades que tinham entre 20 mil e 200 mil habitantes.

Diagnóstico – Os estudos compararam o crescimento demográfico das cidades – que serve como base de cálculo para o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – com os valores de arrecadação e de repasses constitucionais. O diagnóstico foi o de que as finanças municipais, no período de 1989 a 1995, apresentaram um quadro geral de aumento das receitas, principalmente de arrecadação tributária, demonstrando o esforço das prefeituras na cobrança de impostos e taxas.

“Acredito que a União vá tentar um ajuste para as cidades mais cedo do que achamos”, analisou o economista. Segundo ele, hoje o total da dívida mobiliária – dívida decorrente de operação de crédito – dos municípios é de mais ou menos U\$ 12 bilhões. São Paulo e Rio somam cerca de U\$ 10 bilhões, enquanto as outras 5.596 cidades dividem o restante. “São Paulo fica com 85% desse total”, afirmou.

“Municípios com menos de 20 mil habitantes não têm dívida porque não conseguem sequer fazer operações de crédito, mas acabam tendo déficit e não pagando salários de servidores e fornecedores”, observou Bremaeker. “Os outros todos, sem exceção, têm dívidas de outras receitas, entre elas operações de crédito.” (K.C.)

SÃO PAULO É
RESPONSÁVEL
POR 85% DO
DÉBITO TOTAL